



## Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

#### Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. e das filiais da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

#### Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$5.034 milhões em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$10.248 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2013 foi de R\$218 milhões em comparação a R\$1.064 milhões do mesmo período do ano anterior.

#### Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2013, os ativos totais atingiram R\$47.630 milhões (31/12/2012 - R\$52.466 milhões). Desse montante, R\$32.919 milhões (31/12/2012 - R\$28.296 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$7.688 milhões (31/12/2012 - R\$13.578 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.764 milhões (31/12/2012 - R\$4.125 milhões) pela carteira de arrendamento ao valor presente e outros créditos com características de concessão de crédito.

O total dos recursos captados atingiu R\$38.648 milhões (31/12/2012 - R\$35.767 milhões), representado por debêntures.

#### Conjuntura Econômica

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de dezembro, mostrou alta de 2,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2012, abaixo do crescimento de 3,3% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 7,3%, impulsionados principalmente pelo crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para os serviços, cuja produção apresentou alta de 2,2% na mesma comparação interanual. A indústria continuou com bom desempenho, com alta de 1,9% frente ao mesmo período em 2012, porém inferior ao 2,7% observado no trimestre anterior. O PIB Agrícola recuou 1,0% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado deve-se, principalmente, ao desempenho (queda proporcionalmente maior da produção na safra de 2013 vis-à-vis a área plantada) de alguns produtos da lavoura.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro, superior aos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em abril de 2013, e na reunião de 15 de janeiro elevou a Selic para 10,5% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em novembro, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 38,5% a.a. frente aos 34,7% a.a. em novembro de 2012. O estoque de crédito avançou 14,5% nos doze meses encerrados em novembro, chegando ao patamar de R\$2.65 trilhões (55,6% do PIB). O crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 34,2% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram ligeira queda de 0,2% em 2013 em comparação com 2012. O crescimento das importações foi de 7,4% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões no ano, muito abaixo dos US\$19,4 bilhões registrados em 2012. O déficit em transações correntes totalizou US\$81,1 bilhões, no acumulado de 12 meses até novembro de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,8 bilhões. A taxa de câmbio encerrou o ano de 2013 em R\$2,34/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de mudanças na política monetária dos Estados Unidos. A atuação do Bacen, através do programa de leilões de contratos de swap cambial, foi fundamental para controlar a volatilidade da taxa de câmbio.

Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, mas receitas extraordinárias garantiram o superávit primário de 2,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2013. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,0% do PIB, pouco abaixo dos 3,3% observados em setembro de 2013. A dívida líquida do total público alcançou 33,9% do PIB no final de novembro, redução de 0,8 p.p. em relação a setembro de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 58,5% do PIB.

#### Outras Informações

A Santander Leasing tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no exercício de 2013, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Barueri, 21 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração  
A Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2013	31/12/2012	Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo Circulante</b>		<b>39.022.018</b>	<b>35.361.836</b>		<b>2.185.006</b>	<b>3.549.374</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;16.d</b>	<b>26.738</b>	<b>29.890</b>	<b>5.b&amp;16.d</b>	<b>353</b>	<b>254</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.d</b>	<b>31.757.135</b>	<b>28.296.392</b>			
Aplicações no Mercado Aberto		15.286.409				
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		16.470.726	28.296.392			
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.a</b>	<b>6.979.634</b>	<b>6.410.212</b>			
Carteira Própria		6.928.567	6.383.523			
Vinculados à Prestação de Garantias		51.067	26.689			
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(19.043)</b>	<b>(23.594)</b>				
Arrendamentos a Receber:						
Setor Público	6.b	1.084	1.084			
Setor Privado	6.b	1.276.832	1.913.852			
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.250.941)	(1.855.208)			
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(46.018)	(83.322)			
<b>Outros Créditos</b>	<b>271.034</b>	<b>633.494</b>				
Rendas a Receber		3				
Créditos Tributários	7	264.366	420.103			
Diversos	8	6.673	213.406			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(6)	(19)			
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>6.520</b>	<b>15.442</b>				
Outros Valores e Bens	6.b	6.670	12.716			
(Provisões para Desvalorizações)	6.b	(2.161)	(2.649)			
Despesas Antecipadas		2.011	5.375			
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.733.197</b>	<b>9.001.817</b>				
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>16.d</b>	<b>1.162.049</b>				
Aplicações no Mercado Aberto		1.162.049				
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5.a</b>	<b>708.429</b>	<b>7.166.197</b>			
Carteira Própria		708.429	7.145.527			
Vinculados à Prestação de Garantias		-	20.670			
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(43.900)</b>	<b>(84.369)</b>				
Arrendamentos a Receber:						
Setor Público	6.b	757	1.841			
Setor Privado	6.b	1.158.048	1.771.102			
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.b	(1.141.092)	(1.741.756)			
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.f	(61.613)	(115.556)			
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.904.196</b>	<b>1.913.233</b>				
Créditos Tributários	7	477.260	436.295			
Diversos	8	1.426.948	1.476.951			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.f	(12)	(13)			
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>2.423</b>	<b>6.756</b>				
Despesas Antecipadas		2.423	6.756			
<b>Permanente</b>	<b>4.874.422</b>	<b>8.102.017</b>				
<b>Investimentos</b>	<b>2</b>	<b>1</b>				
Participações em Controladas - no País		1	-			
Outros Investimentos		2.017	817			
(Provisões para Perdas)		(2.016)	(816)			
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>64</b>			
Imóveis de Uso		1.387	1.387			
Outras Imobilizações de Uso		17	81			
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)			
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>6.b&amp;10</b>	<b>4.874.420</b>	<b>8.101.952</b>			
Bens Arrendados		8.052.834	11.511.390			
(Depreciações Acumuladas)		(3.178.414)	(3.409.438)			
<b>Total do Ativo</b>		<b>47.629.637</b>	<b>52.465.670</b>		<b>47.629.637</b>	<b>52.465.670</b>
<b>Passivo Circulante</b>					<b>2.185.006</b>	<b>3.549.374</b>
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>				<b>5.b&amp;16.d</b>	<b>353</b>	<b>254</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos					353	254
<b>Outras Obrigações</b>					<b>2.184.653</b>	<b>3.549.120</b>
Sociais e Estatutárias					433	407
Fiscais e Previdenciárias	12	663.461	1.204.803			
Diversas	13	1.520.759	2.343.910			
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>					<b>40.410.213</b>	<b>38.668.786</b>
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>				<b>11&amp;16.d</b>	<b>38.647.624</b>	<b>35.767.196</b>
Recursos de Debêntures					38.647.624	35.767.196
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>				<b>5.b&amp;16.d</b>	<b>-</b>	<b>365</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos					-	365
<b>Outras Obrigações</b>					<b>1.762.589</b>	<b>2.901.225</b>
Fiscais e Previdenciárias	12	1.062.144	1.104.069			
Diversas	13	700.445	1.797.156			
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>15</b>	<b>5.034.418</b>	<b>10.247.510</b>			
Capital Social:						
De Domiciliados no País		4.720.030	9.720.030			
Reservas de Lucros		354.048	500.830			
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(39.660)	26.650			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>2.943.664</b>	<b>5.837.021</b>	<b>5.751.899</b>
Operações de Arrendamento Mercantil		1.333.123	2.934.524	2.434.441
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.610.560	2.902.492	3.317.989
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	16.d	(19)	5	(531)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(3.388.035)</b>	<b>(6.667.029)</b>	<b>(6.295.104)</b>
Operações de Captação no Mercado				
Operações de Arrendamento Mercantil	16.d	(1.646.895)	(2.880.429)	(2.816.547)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.781.479)	(3.857.901)	(3.593.796)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>6.f</b>	<b>(444.371)</b>	<b>(830.008)</b>	<b>(543.205)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(130.927)</b>	<b>(248.803)</b>	<b>(6.520)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		984	2.145	3.074
Rendas de Tarifas Bancárias		68	174	655
Outras Despesas Administrativas	17	(47.455)	(97.867)	(101.767)
Despesas Tributárias	18	(22.422)	(49.452)	(87.233)
Outras Receitas Operacionais	19	69.469	132.111	416.641
Outras Despesas Operacionais	20	(131.571)	(235.914)	(237.890)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(575.298)</b>	<b>(1.078.811)</b>	<b>(649.725)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>21</b>	<b>628.245</b>	<b>1.316.205</b>	<b>1.819.257</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>52.947</b>	<b>237.394</b>	<b>1.269.532</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>22</b>	<b>(9.157)</b>	<b>(18.970)</b>	<b>(205.666)</b>
Provisão para Imposto de Renda		74.309	167.636	168.094
Provisão para Contribuição Social		(35.624)	(42.185)	(73.469)
Ativo Fiscal Diferido		(47.842)	(144.421)	(300.293)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>43.790</b>	<b>218.424</b>	<b>1.063.864</b>
Nº de Ações (Mil)				
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)	15.a	11.044.653	11.044.653	11.044.653
		3,96	19,78	96,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua...



**Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**  
CNPJ nº 47.193.149/0001-06

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
	9.720.030	217.930	61.336	-	-	9.999.296
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>						
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	26.650	-	26.650
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.063.864	1.063.864
Destinações:						
Reserva Legal	-	53.194	-	-	(53.194)	-
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	(400.000)	-	-	(400.000)
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	(442.300)	(442.300)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	284.185	-	(284.185)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	284.185	-	(284.185)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	9.720.030	271.124	229.706	26.650	-	10.247.510
Redução de Capital	15.a	(5.000.000)	-	-	-	(5.000.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(66.310)	-	(66.310)
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	15.b	-	(229.706)	-	-	(229.706)
Lucro Líquido	-	-	-	-	218.424	218.424
Destinações:						
Reserva Legal	-	10.922	-	-	(10.922)	-
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	-	-	-	(135.500)	(135.500)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	36.001	-	(36.001)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	36.001	-	(36.001)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	4.720.030	282.046	72.002	(39.660)	-	5.034.418
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>	4.720.030	279.856	30.402	(113.277)	-	4.917.011
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	73.617	-	73.617
Lucro Líquido	-	-	-	-	43.790	43.790
Destinações:						
Reserva Legal	-	2.190	-	-	(2.190)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	20.800	-	(20.800)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	20.800	-	(20.800)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	4.720.030	282.046	72.002	(39.660)	-	5.034.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/07 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	
			Reclassificado	
<b>Atividades Operacionais</b>				
Lucro Líquido	43.790	218.424	1.063.864	
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>	1.578.384	3.407.501	4.440.588	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f (40.339)	(71.301)	(115.239)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(224.954)	(450.567)	(482.116)	
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	140.224	216.102	(86.993)	
Depreciações e Amortizações	613.077	1.335.930	1.998.164	
Insuficiência de Depreciação	10 1.091.186	2.379.986	3.129.682	
Provisão para Perdas em Outros Investimentos	1.200	1.200	-	
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(427)	(488)	(902)	
Resultado na Alienação de Valores e Bens	(1.583)	(3.361)	(2.008)	
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>	4.559.729	16.746.823	(5.652.412)	
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.912.415	10.412.197	7.528.878	
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.083.125	5.770.607	(12.325.096)	
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil	(1.046.096)	(2.377.218)	(2.950.441)	
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(12.211)	256.725	(654.047)	
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	3.202	7.697	15.605	
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.646.894	2.880.428	2.771.214	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	114.655	122.451	713.166	
Imposto Pago	(162.579)	(326.064)	(751.691)	
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>	6.181.903	20.372.748	(147.960)	
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Investimentos	(1.201)	(1.201)	-	
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	-	(64)	
Alienação de Bens não de Uso Próprio	2.940	5.108	3.467	
Alienação de Imobilizado de Uso	64	64	-	
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades de Investimento Operacionais</b>	1.803	3.971	3.403	
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Redução de Capital	15.a	(5.000.000)	-	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	(344.882)	(775.894)	
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento</b>	20.324	(5.344.882)	(775.894)	
<b>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	6.183.706	15.031.837	(920.451)	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	4 9.007.055	158.924	1.079.375	
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	4 15.190.761	15.190.761	158.924	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	01/01 a 31/12/2013		01/01 a 31/12/2012	
Receitas da Intermediação Financeira		5.837.021		5.751.899
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		2.319		3.729
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	71.301		115.239
Outras Receitas e Despesas		1.212.402		1.998.008
Despesas da Intermediação Financeira		(6.738.330)		(6.410.343)
Insumos de Terceiros		(97.867)		(101.766)
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros		(33.867)		(14.820)
Outros		(64.000)		(86.946)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>286.846</b>		<b>1.356.766</b>
Retenções		-		-
Depreciações		-		(1)
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido a Distribuir</b>		<b>286.846</b>		<b>1.356.765</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>				
Impostos, Taxas e Contribuições		68.422	23,9%	292.901
Federais		62.416		284.697
Municipais		6.006		8.204
Remuneração de Capitais Próprios		218.424	76,1%	1.063.864
Dividendos	15.b	-		400.000
Juros sobre o Capital Próprio	15.b	135.500		442.300
Reinvestimentos de Lucros		82.924		221.564
<b>Total</b>		<b>286.846</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.356.765</b>
				<b>100,0%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Alameda Araguaia, 731, Pavimento Superior - Parte A - Alphaville - Barueri - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander e das lojas da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CF). A Santander Leasing tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da Santander Leasing, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de depreciação, amortização e a insuficiência/superveniência de depreciação dos bens arrendados foram reclassificadas na Demonstração dos Fluxos de Caixa das variações em ativos e passivos para ajustes ao lucro líquido.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 21 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Leasing, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

**3. Principais Práticas Contábeis**  
**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

**b) Auração do Resultado**

O regime contábil de auração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

**f) Instrumentos Financeiros Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

**g) Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas**

A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Continua...



## Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança. As provisões para perdas das operações de arrendamentos e outros créditos com características de concessão de crédito são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

#### h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

#### i) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

##### i.1) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

##### i.2) Imobilizado de uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.

##### i.3) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

##### i.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdidas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

##### i.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

##### j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Leasing. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 14.i).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 14.a).

**k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)** O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

##### l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Leasing na reunião realizada em 21 de fevereiro de 2014. As alterações introduzidas pela Lei 11.639/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

##### m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	26.738	29.890	46.221
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.164.023	129.034	1.033.154
Aplicações no Mercado Aberto	15.079.992	-	1.000.136
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	84.031	129.034	33.018
<b>Total</b>	<b>15.190.761</b>	<b>158.924</b>	<b>1.079.375</b>

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

##### a) Títulos e Valores Mobiliários

###### i) Resumo da Carteira por Categorias

	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
		Resultado	Patrimônio Líquido		
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>39.794</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>39.798</b>	<b>56.598</b>
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	36.135	4	-	36.139	53.204
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	3.659	-	-	3.659	3.394
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>7.717.589</b>	<b>-</b>	<b>(69.324)</b>	<b>7.648.265</b>	<b>13.519.811</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>836.717</b>	<b>-</b>	<b>(69.324)</b>	<b>767.393</b>	<b>7.177.732</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.369	-	(1)	22.368	20.670
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	-	1.126.770
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	814.348	-	(69.323)	745.025	6.030.292
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)</b>	<b>6.880.872</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.880.872</b>	<b>6.342.079</b>
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>7.757.383</b>	<b>4</b>	<b>(69.324)</b>	<b>7.688.063</b>	<b>13.576.409</b>
<b>Circulante</b>				<b>6.979.534</b>	<b>6.410.212</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>708.429</b>	<b>7.166.197</b>
<b>Derivativos (Passivo)</b>	<b>(320)</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(353)</b>	<b>(619)</b>
<b>Circulante</b>				<b>(254)</b>	<b>(254)</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>(353)</b>	<b>(365)</b>

##### ii) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 3 a 5 Anos	31/12/2013 Total
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>3.659</b>	<b>30.863</b>	<b>5.276</b>	<b>-</b>	<b>39.798</b>
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	30.863	5.276	-	36.139
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FIF	3.659	-	-	-	3.659
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>6.880.872</b>	<b>36.596</b>	<b>22.368</b>	<b>708.429</b>	<b>7.648.265</b>
<b>Títulos Públicos</b>	<b>-</b>	<b>36.596</b>	<b>22.368</b>	<b>708.429</b>	<b>767.393</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	22.368	-	22.368
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	36.596	-	708.429	745.025
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)</b>	<b>6.880.872</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.880.872</b>
<b>Total</b>	<b>6.884.531</b>	<b>67.459</b>	<b>27.644</b>	<b>708.429</b>	<b>7.688.063</b>

(1) Em 31 de Dezembro de 2013, está composto por aplicações em operações compromissadas vinculadas a títulos públicos federais em Letras do Tesouro Nacional - LTN no valor de R\$4.199.997, Notas do Tesouro Nacional - NTN B no valor de R\$2.199.998 e NTN F de R\$481.085 e valores a pagar no valor de R\$208. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As principais taxas de juros são extraídas dos contratos futuro e "swaps" negociados na BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados ilíquidos ou que, por motivos atípicos, não representam fielmente as condições de mercado.

##### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
<b>"Swap" - Negociação Ativo</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>(353)</b>	<b>(411)</b>	<b>3.030</b>	<b>(619)</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.536	-	1.536	3.030	3.030	3.030
<b>Passivo</b>	<b>(1.856)</b>	<b>(33)</b>	<b>(1.889)</b>	<b>3.441</b>	<b>(3.441)</b>	<b>(3.649)</b>
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.856)	(33)	(1.889)	3.441	(3.441)	(3.649)

As operações de "swap" foram realizadas com partes relacionadas e negociadas através da Cetip, com vencimento de 3 a 12 meses.

O montante do diferencial do "swap" corresponde a um passivo no valor de R\$353 (31/12/2012 - R\$619).

##### c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturadas provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais "hedges". A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2013, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking"		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>Fatores de Risco</b>	<b>Descrição</b>			
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(1.400)	(47.287)	(100.527)
<b>Total (1)</b>		<b>(1.400)</b>	<b>(47.287)</b>	<b>(100.527)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

**Cenário 1:** choque de +10bps nas curvas de juros.

**Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

#### 6. Carteira de Arrendamento e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas

##### a) Composição da Carteira ao Valor Presente

	31/12/2013	31/12/2012
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	2.761.912	4.121.815
Outros Créditos (Nota 8)	2.308	3.641
<b>Total</b>	<b>2.764.220</b>	<b>4.125.456</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.532.068</b>	<b>2.303.997</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.232.152</b>	<b>1.821.459</b>

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

##### b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2013	31/12/2012
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.136.612	4.817.236
Arrendamentos a Receber	2.436.721	3.687.879
Valores Residuais a Realizar (1)	699.891	1.129.357
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.392.033)	(3.596.964)
Valores Residuais a Balancear	(699.891)	(1.129.357)
Bens não de Uso Próprio	4.509	10.067
Imobilizado de Arrendamento (Nota 10)	4.874.420	8.101.952
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 13)	(2.161.705)	(4.081.119)
<b>Total da Carteira de Arrendamento ao Valor Presente</b>	<b>2.761.912</b>	<b>4.121.815</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$374.700 (31/12/2012 - R\$695.421). Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

##### Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	31/12/2013	31/12/2012
Vencidas	74.350	140.608
A Vencer:		
Até 3 Meses	490.839	709.651
De 3 a 12 Meses	1.121.430	1.740.210
De 1 a 5 Anos	1.439.641	2.218.387
Acima de 5 Anos	10.352	8.380
<b>Total</b>	<b>3.136.612</b>	<b>4.817.236</b>
<b>c) Carteira por Vencimento ao Valor Presente</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
Vencidas	53.847	92.466
A Vencer:		
Até 3 Meses	497.360	728.646
De 3 a 12 Meses	1.034.708	1.575.351
De 1 a 5 Anos	1.171.605	1.725.854
Acima de 5 Anos	6.700	3.139
<b>Total</b>	<b>2.764.220</b>	<b>4.125.456</b>
<b>d) Carteira por Setor de Atividades ao Valor Presente</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Setor Privado</b>	<b>2.760.171</b>	<b>4.119.381</b>
Indústria	389.172	407.893
Comércio	322.970	387.176
Instituições Financeiras	10	51
Serviços e Outros	1.462.683	1.538.230
Pessoas Físicas	585.336	1.786.031
<b>Setor Público</b>	<b>4.049</b>	<b>6.075</b>
Estado	4.049	6.075
Gov. Municipal	-	-
<b>Total</b>	<b>2.764.220</b>	<b>4.125.456</b>

Continua...



**Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil**  
CNPJ nº 47.193.149/0001-06

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO** - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão	Carteira				Provisão Requerida
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	
AA	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	1.071.045	-	-	1.071.045	-
B	1%	1.007.187	-	-	1.007.187	5.036
C	3%	291.457	67.268	-	358.725	3.587
D	3%	104.521	74.319	-	178.840	5.363
E	10%	11.635	22.098	-	33.733	3.374
F	30%	9.334	11.454	-	20.788	6.236
F	50%	6.566	7.748	-	14.334	7.167
G	70%	2.344	6.590	-	8.934	6.254
H	100%	33.311	37.323	-	70.634	70.634
<b>Total</b>		<b>2.537.420</b>	<b>226.800</b>	<b>2.764.220</b>		<b>107.651</b>

Nível de Risco	% Provisão	Carteira				Provisão Requerida
		Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	
AA	-	-	-	-	-	-
A	0,5%	952.681	-	-	952.681	-
B	1%	2.094.214	-	-	2.094.214	10.471
C	3%	337.631	169.213	-	506.844	5.069
D	3%	107.788	173.232	-	281.020	8.431
E	10%	3.696	58.771	-	62.467	6.247
D	30%	11.457	35.207	-	46.664	13.999
F	50%	4.411	34.285	-	38.696	19.348
G	70%	994	24.090	-	25.084	17.559
H	100%	3.290	114.496	-	117.786	117.786
<b>Total</b>		<b>3.516.162</b>	<b>609.294</b>	<b>4.125.456</b>		<b>198.910</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

**f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>198.910</b>	<b>346.285</b>
Reversões	(71.301)	(115.239)
Baixas	(19.958)	(32.136)
<b>Saldo Final</b>	<b>107.651</b>	<b>198.910</b>
<b>Circulante</b>	<b>46.026</b>	<b>83.341</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>61.625</b>	<b>115.569</b>
<b>Créditos Recuperados no Acumulado do Período (1)</b>	<b>52.044</b>	<b>85.332</b>

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

**7. Créditos Tributários**

**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	132.410	36.552	(32.817)	136.144
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	11.099	12.265	(11.745)	11.619
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	173.030	57.715	(1.898)	228.847
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	54	4	(3)	5
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	93	-	(79)	14
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	3	29.661	-	29.664
Outras Provisões Temporárias	27.177	1.140	-	28.317
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>343.866</b>	<b>137.337</b>	<b>(46.542)</b>	<b>434.661</b>
Prejuízos Fiscais	499.019	-	(206.200)	292.819
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>857.031</b>	<b>137.337</b>	<b>(252.742)</b>	<b>741.626</b>
Créditos não Registrados	(633)	-	633	-
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>856.398</b>	<b>137.337</b>	<b>(252.109)</b>	<b>741.626</b>
<b>Circulante</b>	<b>420.103</b>			<b>264.366</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>436.295</b>			<b>477.260</b>

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.147	50.067	(127.804)	132.410
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	10.826	15.516	(15.243)	11.099
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	231.583	74.226	(132.779)	173.030
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50	4	-	54
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	320	-	(227)	93
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	-	3	-	3
Outras Provisões Temporárias	23.529	3.648	-	27.177
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>476.455</b>	<b>143.464</b>	<b>(276.053)</b>	<b>343.866</b>
Prejuízos Fiscais	770.482	-	(271.463)	499.019
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	14.146	-	-	14.146
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>1.261.083</b>	<b>143.464</b>	<b>(547.516)</b>	<b>857.031</b>
Créditos não Registrados	(104.372)	-	103.739	(633)
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>	<b>1.156.711</b>	<b>143.464</b>	<b>(443.777)</b>	<b>856.398</b>
<b>Circulante</b>	<b>584.197</b>			<b>420.103</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>572.514</b>			<b>436.295</b>

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	31/12/2013					
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Fiscais	CSLL 18%	Total Registrados
2014	46.512	33.342	645	174.388	9.479	264.366
2015	32.888	26.029	645	28.586	4.667	92.815
2016	158.714	72.302	645	-	-	231.661
2017	4.809	2.886	645	42.371	-	50.711
2018	26.721	16.033	645	39.223	-	82.622
2019 a 2021	2.001	1.201	-	8.251	-	11.453
2022 a 2023	4.999	2.999	-	-	-	7.998
<b>Total</b>	<b>276.644</b>	<b>154.792</b>	<b>3.225</b>	<b>292.819</b>	<b>14.146</b>	<b>741.626</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$642.447 (31/12/2012 - R\$792.470) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$642.447 (31/12/2012 - R\$792.142), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

**8. Outros Créditos - Diversos**

	31/12/2013	31/12/2012
Devedores por Depósitos em Garantia	-	-
Para Interposição de Recursos Fiscais	727.692	794.823
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	234	357
Outros	23.197	22.591
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 14.h)	125.959	152.398
Impostos e Contribuições a Compensar	490.868	655.401
Pagamentos a Recessar	3.199	3.199
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 6.a)	2.308	3.641
Outros	60.164	57.947
<b>Total</b>	<b>1.433.621</b>	<b>1.690.357</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.673</b>	<b>213.406</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.426.948</b>	<b>1.476.951</b>

**9. Imobilizado de Uso**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está composto, principalmente, por edificações.

**10. Imobilizado de Arrendamento**

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.b), e tem a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Veículos e Afins	5.425.310	8.985.302
Máquinas e Equipamentos	2.354.292	2.296.021
Aeronaves	61.450	23.428
Embarcações	2.757	9.000
Instalações	489	489
Imóveis	180	4.392
Móveis	11.395	10.576
Outros Bens	10.301	10.481
Depreciações Acumuladas	(5.257.425)	(7.868.435)
Superveniência de Depreciação	2.079.011	4.458.997
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	186.560	171.660
<b>Total</b>	<b>4.874.420</b>	<b>8.101.952</b>

Os bens estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção de desfecho, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Santander Leasing. No exercício de 2013 foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$2.379.986 (2012 - R\$3.129.682) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

**11. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2013	31/12/2012
Debêntures setembro-07	setembro-17	5.000.000	R\$5.000.000	100,0% CDI	9.159.694	8.477.017	
Debêntures agosto-06	agosto-16	410.000	R\$4.100.000	100,0% CDI	8.566.169	7.927.728	
Debêntures junho-07	junho-17	410.000	R\$4.100.000	100,0% CDI	7.727.619	7.151.675	
Debêntures junho-05	junho-15	150.000	R\$1.500.000	100,0% CDI	3.791.556	3.508.970	
Debêntures março-06	março-16	150.000	R\$1.500.000	100,0% CDI	3.330.539	3.082.312	
Debêntures setembro-05	setembro-20	120.000	R\$1.200.000	100,0% CDI	2.893.696	2.678.027	
Debêntures abril-06	abril-21	100.000	R\$1.000.000	100,0% CDI	2.167.269	2.005.741	
Debêntures junho-05	junho-20	400.000	R\$4.000.000	100,0% CDI	1.011.082	935.726	
Debêntures julho-12	julho-32	500.000	R\$5.000.000	100,0% CDI	5.568.544	5.153.517	
<b>Total</b>					<b>44.216.168</b>	<b>40.920.713</b>	

(1) Debêntures em Tesouraria julho-12 julho-32 500.000 R\$5.000.000 100,0% CDI (5.568.544) (5.153.517)

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Total em Circulação (Longo Prazo)</b>	<b>38.647.624</b>	<b>35.767.196</b>

**12. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Tributos Diferidos	519.751	1.136.253
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	1.051.541	872.695
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 14.h)	125.959	152.398
Impostos e Contribuições a Pagar	28.354	147.526
<b>Total</b>	<b>1.725.605</b>	<b>2.308.872</b>
<b>Circulante</b>	<b>663.461</b>	<b>1.204.803</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.062.144</b>	<b>1.104.069</b>

**Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Saldo em 31/12/2012	Realização	Saldo em 31/12/2013
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1	-	1
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	21.502	(21.502)	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.114.746	(594.996)	519.750
Outros	4	(4)	-
<b>Total</b>	<b>1.136.253</b>	<b>(616.502)</b>	<b>519.751</b>

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

**13. Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2013	31/12/2012
Cretores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.b)	2.161.705	4.081.119
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	29.183	27.881
Provisão para Pagamentos a Efetuar	15.942	12.346
Outras	14.374	19.720
<b>Total</b>	<b>2.221.204</b>	<b>4.141.066</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.520.759</b>	<b>2.343.910</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>700.445</b>	<b>1.797.156</b>

**14. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

a) **Ativos Contingentes**  
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3j).

b) **Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 12)	1.051.541	872.695
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13)	29.183	27.881
Ações Trabalhistas	136	134
Ações Cíveis	29.047	27.747
<b>Total</b>	<b>1.080.724</b>	<b>900.576</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

Saldo Inicial	01/01 a 31/12/2013		
---------------	--------------------	--	--



## Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - R\$966.161 (31/12/2012 - R\$325.300): a Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$456.559 (31/12/2012 - R\$423.220): a Santander Leasing ajuizou ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - Leasing** - R\$39.744 (31/12/2012 - R\$43.273): discute-se a cobrança do IPVA incidente sobre os veículos arrendados, não pagos, no vencimento, pelos arrendatários.

#### e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo era:

**Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) Leasing - Municípios Diversos da Sede** - Em novembro de 2012, o Superior Tribunal de Justiça julgou o caso representativo da discussão (leading case) e decidiu pela competência, para a exigência do tributo, do Município sede do estabelecimento prestador. Com esse precedente, segundo opinião dos assessores legais, a perda decorrente por eventuais cobranças endereçadas por outros Municípios, que não a sede da sociedade, é considerada remota.

#### f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

#### g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

#### h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza fiscal no montante de R\$125.959 (31/12/2012 - R\$152.398), registrado em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 12) de responsabilidade de ex-controladores. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 8).

#### i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R\$418.868 e as cíveis em R\$8.529.

### 15. Patrimônio Líquido

#### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é composto por 11.044.653 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas domiciliadas no país.

O capital social da Santander Leasing foi reduzido sem alteração do número de ações emitidas, no valor de R\$5.000.000, por ser considerado excessivo à manutenção de suas atividades, conforme artigo 173 da Lei 6.404/1976 e nos termos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 4 de janeiro de 2013. A redução do capital social foi aprovada pelo Bacen em 5 de fevereiro de 2013.

#### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em 28 de junho de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de abril a junho de 2013, no valor de R\$27.500 (R\$0,00248989 em reais por ação e R\$0,00211641, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 28 de junho de 2013 e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2013.

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de janeiro a março de 2013, no valor de R\$108.000 (R\$0,00977849 em reais por ação e R\$0,00831171, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013 e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado de exercício de 2013.

Em 28 de março de 2013, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$229.706 (R\$0,02079801 em reais por ação), sendo que o valor de R\$114.853 foi retirado da conta de reserva para equalização de dividendos e R\$114.853 da conta de reserva para reforço de capital de giro, o pagamento foi efetuado em 28 de março de 2013.

Em 27 de dezembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de setembro a dezembro de 2012, no valor de R\$112.300 (R\$0,01016782 em reais por ação e R\$0,00864264, líquido do imposto de renda, em reais por ação). O pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

Em 29 de outubro de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor total de R\$400.000 (R\$0,03621662 em reais por ação), sendo que o valor de R\$200.000 foi retirado da conta reserva para equalização de dividendos e R\$200.000 da conta de reserva para reforço de capital de giro. O pagamento foi efetuado em 31 de outubro de 2012, e serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

Em 26 de setembro de 2012, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao período de julho a setembro de 2012, no valor de R\$330.000 (R\$0,02987871 em reais por ação e R\$0,02539690, líquido do imposto de renda, em reais por ação), o pagamento foi efetuado em 28 de setembro de 2012, e foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2012.

#### c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

### 16. Partes Relacionadas

#### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Leasing realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2013, no valor máximo de R\$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2013 e 2012, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

#### b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Santander Leasing, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Santander Leasing; e  
IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

#### c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 8.678.230 mil ações ordinárias equivalentes a 78,57% do capital social e participação indireta através do Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe) de 2.365.566 mil ações ordinárias equivalentes a 21,42% do capital social, perfazendo uma participação total de 99,99%.

#### d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Disponibilidades (Nota 4)</b>	<b>26.738</b>	<b>29.890</b>	-	-
Banco Santander <sup>(2)</sup>	26.738	29.890	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup></b>	<b>32.919.184</b>	<b>28.296.392</b>	<b>2.316.461</b>	<b>2.903.601</b>
Banco Santander <sup>(2)</sup>	32.919.184	28.296.392	2.316.461	2.903.601
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	-	<b>2.619</b>	-	-
Banco Santander <sup>(2)</sup>	-	2.619	-	-
<b>Recursos de Debêntures (Nota 11)</b>	<b>(38.647.624)</b>	<b>(35.767.196)</b>	<b>(2.880.429)</b>	<b>(2.816.547)</b>
Banco Santander <sup>(2)</sup>	(38.647.624)	(35.767.196)	(2.880.429)	(2.816.547)
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.b)</b>	<b>(353)</b>	<b>(619)</b>	<b>5</b>	<b>(531)</b>
Banco Santander <sup>(2)</sup>	(353)	(619)	5	(531)
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas <sup>(2)</sup></b>	-	<b>(40.478)</b>	-	<b>(60.845)</b>
Banco Santander <sup>(2)</sup>	-	(40.478)	-	(60.837)
Aymoré CFI <sup>(4)</sup>	-	-	-	(8)

<sup>(1)</sup> Em 31 de dezembro de 2013, estão compostos por aplicações no mercado aberto com vencimento em até 3 meses no valor de R\$15.079.992, de 3 a 12 meses no valor de R\$206.417 e acima de 12 meses no valor R\$1.162.049 e depósitos interfinanceiros com vencimento em até 3 meses no valor R\$163.679 e de 3 a 12 meses de R\$16.307.047.

<sup>(2)</sup> As despesas referem-se, principalmente, a despesas administrativas - convênio operacional.

<sup>(3)</sup> Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

<sup>(4)</sup> Refere-se a controlada pelo Banco Santander.

### 17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Convênio Santander	38.746	58.182
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	33.867	14.819
Propaganda e Publicidade	8.079	11.007
Doações	6.970	8.515
Serviços do Sistema Financeiro	6.535	6.268
Comunicações	2.164	715
Custas Judiciais	1.234	2.070
Outras	272	191
<b>Total</b>	<b>97.867</b>	<b>101.767</b>

### 18. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Despesa com Cofins	18.683	20.443
Despesa com ISS	5.946	8.202
Despesa com PIS/Pasep	3.036	3.321
Atualizações de Impostos e Contribuições <sup>(1)</sup>	21.708	54.801
Outras	79	466
<b>Total</b>	<b>49.522</b>	<b>87.233</b>

<sup>(1)</sup> Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

### 19. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Reversão de Provisões Operacionais Fiscais	-	260.215
Outras	2.485	1.752
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	21.709	82.505
Atualização de Depósitos Judiciais	44.481	26.784
Recuperação de Encargos e Despesas	21.019	18.424
Atualização de Impostos a Compensar	41.805	25.717
Outras	612	1.244
<b>Total</b>	<b>132.111</b>	<b>416.641</b>

### 20. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Provisões Operacionais Fiscais	103.010	26.677
Trabalhistas (Nota 14.c)	2	9
Cíveis (Nota 14.c)	30.662	38.789
Outras	1.787	1.782
Comissões de Agenciamento	9.535	18.727
Descontos Concedidos	63.861	120.366
Gastos com Contratos em Atraso	4.311	14.131
Despesas com Veículos Apreendidos - Leilão	487	750
Outras	22.009	16.659
<b>Total</b>	<b>235.914</b>	<b>237.890</b>

### 21. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento.

### 22. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>237.394</b>	<b>1.269.532</b>
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15.b)	(135.500)	(442.300)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>101.894</b>	<b>827.232</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente</b>	<b>(40.758)</b>	<b>(330.893)</b>
Despesas Indutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	3.515	2.406
Demais Ajustes	-	103.739
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(18.970)</b>	<b>(205.668)</b>

### 23. Outras Informações

As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foi divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponível no endereço eletrônico [www.santander.com.br/rfi](http://www.santander.com.br/rfi).

Continua...



## Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### Presidente

Pedro Paulo Longuini

#### Conselheiros

Carlos Alberto López Galán

#### DIRETORIA

#### Diretor Presidente

Conrado Engel

#### Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Oscar Rodriguez Herrera

#### Contador

Flamínio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-SP

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da  
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da cartei-

ra de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 10. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à não reclassificação mencionada no parágrafo "base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014

#### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza

Contador

CRC nº 1 R 076328/O-2

## Odontoprev S.A.

Cia. Aberta - CNPJ/MF nº 58.119.199/0001-51 - NIRE 35.300.156.668

### Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 25 de Fevereiro de 2014

**Data, Hora e Local:** 25 de fevereiro de 2014, às 15h, na sede social da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, 125, 15º andar. **Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente e Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior - Secretário. **Ordem do Dia:** (I) apreciar o Relatório da Administração relativo aos negócios sociais da Companhia em 31 de dezembro de 2013, bem como as contas da Diretoria Estatutária e as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; (II) apreciar a proposta de destinação dos resultados do exercício, incluindo a proposta de orçamento de capital; (III) apreciar a proposta de remuneração anual dos administradores; (iv.1) examinar, aprovar e recomendar à Assembleia Geral Extraordinária a aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Adcon - Administradora de Convênios Odontológicos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3.840, Loja J, Edifício Capemí, Bairro Pituba, CEP 41820-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.892.950/0001-30, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("Adcon") pela Companhia, firmado pela Diretoria da Companhia e pela Diretoria da Adcon em 17 de fevereiro de 2014 ("Protocolo"); (iv.2) examinar, aprovar e recomendar à Assembleia Geral Extraordinária a ratificação da nomeação da KPMG Auditores Independentes, sociedade simples inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.755.217/0001-29 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo - CRC sob nº 2SP014428/O-6, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Renato Paes de Barros, nº 33, Itaim Bibi ("Empresa Especializada"), como empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido contábil da Adcon e elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Adcon ("Laudo de Avaliação"); (iv.3) examinar, aprovar e recomendar à Assembleia Geral Extraordinária a aprovação do Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Especializada; (iv.4) examinar, aprovar e recomendar à Assembleia Geral Extraordinária a aprovação da proposta de incorporação totalidade do patrimônio líquido contábil da Adcon pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo, condicionada tal incorporação à aprovação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sem aumento no valor do capital social da Companhia, com a consequente extinção da Adcon; (iv.5) examinar e aprovar a publicação de fato relevante, referente à incorporação da Adcon, nos termos da Instrução CVM nº 319/99; (v) aprovar o exercício das opções de aquisição de ações da Companhia por parte dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 19 de abril de 2007 ("Plano") no âmbito do Programa de Outorga de 2010; (vi.1) indicar os beneficiários de nova outorga dentro do Plano e definição do número de ações que poderão ser adquiridas; (vi.2) definir o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (vi.3) definir os prazos e condições de exercício das opções; (vi.4) autorizar a Diretoria a efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos; (vii) apreciar a proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho de Administração; (viii) aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão; e (ix) apreciar a proposta de alteração do estatuto social a ser submetida à Assembleia Geral Extraordinária; (x) convocar a Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas: (I) Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre o Relatório da Administração, relativo aos negócios sociais da Companhia em 31 de dezembro de 2013, bem como sobre as contas da Diretoria Estatutária e Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, os quais deverão ser submetidos à aprovação dos acionistas da Companhia; (II) Os membros do Conselho de Administração manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados apurados com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013 apresentada pela Diretoria Estatutária, incluindo a proposta de orçamento de capital para o ano de 2014, as quais deverão ser submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia; (III) Aprovação da proposta de remuneração anual dos administradores da Companhia, que deverá ser submetida à aprovação dos acionistas da Companhia; (iv.1) Aprovação do Protocolo, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 319/99, a ser encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia; (iv.2) Ratificação da nomeação da KPMG Auditores Independentes, acima qualificada, como Empresa Especializada para avaliação do patrimônio líquido da Adcon, pelo respectivo valor patrimonial contábil da Adcon e para elaboração do Laudo de Avaliação, cuja nomeação será encaminhada à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia; (iv.3) Aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Especializada, a ser encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia; (iv.4) Aprovação da incorporação da Adcon pela Companhia, a ser encaminhada à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo, sem aumento no valor do capital social da Companhia, cujos efeitos estarão condicionados à aprovação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos termos da regulamentação específica, com a consequente extinção da Adcon, a qual nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404/76, será sucedida pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações; e (iv.5) Aprovação da publicação de fato relevante referente à incorporação da Adcon, nos termos da Instrução CVM nº 319/99; (v) Em razão do exercício das opções de compra de ações por parte dos beneficiários do Plano ("Beneficiários"), referente ao Programa de Outorga de 2010, foi aprovada a alienação de 17.868 (dezesete mil, oitocentas e sessenta e oito) ações de emissão da Companhia, conforme devidamente discriminado em documento, que, numerado e autenticado pela mesa, fica arquivado na sede social da Companhia

ACESSO SOLUÇÕES EM AUTOMAÇÃO LTDA-EPP, torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia e de Instalação para fabricação de aparelhos ou equipamentos de sinalização e alarme, sito à Av. Pedro Bueno, 1.822, Jabaquara, São Paulo/SP.

Brasolv Indústria Química Ltda. torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação nº 48002734, válida até 25/02/2016, para "solventes (para pinturas ou tintas); fabricação de" a R. Solimões, 121, Campanaria, Diadema.

Massas Rarilem Indústria e Comercio de Genero Alimentícios Ltda - EPP torna público que recebeu da Cetesb a Renovação da Licença de Operação N° 30008999, válida até 24/02/17, p/Massas alimentícias (Tahinim, espagete, etc); fabricação de a R. Apucarana, 1498, Tatapé/SP.